



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

PARECER DO ÓRGÃO CONTROLE INTERNO – RELOCI

Emitente: Controladoria Geral de Guarapari

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Guarapari

Gestor responsável: Edson Figueiredo Magalhães

Exercício: 2024

RELATÓRIO

1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| 1.1 Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária | | | | | | | |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| Código | Objeto/Ponto de controle | Processos/documentos analisados | Base legal | Procedimento | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada | Descrição da amostra Selecionada |
| 1.1.3 | Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo. | - | CRFB/88, art. 168. | Constatou-se nos processos analisados que os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos. | 12 | 12 | Relatório de Pagamento e Processo 1087/2024, referente a competência de janeiro de 2024. |
| 1.2 Gestão Previdenciária | | | | | | | |
| Código | Objeto/Ponto de controle | Processos Administrativos analisados | Base legal | Procedimento | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada | Descrição da amostra Selecionada |
| 1.2.13 | Equilíbrio Financeiro e Atuarial | DEMAAT/Balanço Patrimonial | CF/88, art.40. LRF, art.69. Lei 9717/98, art. 1º | Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou mantiver RPPS. | - | - | BALORC/BALFIN |
| 1.2.14 | Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Plano de Equacionamento. | | CF/88, art.40. LRF, art.69. Lei 9717/98, art. 1º | Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência. | - | - | DEMAAT |
| 1.4 Limites Constitucionais e Legais | | | | | | | |
| Código | Objeto/Ponto de controle | Processos Administrativos analisados | Base legal | Procedimento | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada | Descrição da amostra Selecionada |
| 1.4.1 | Educação – aplicação | | CRFB/88, art. 212, Lei nº | Avaliar se a aplicação de recursos na Manutenção e no Desenvolvimento | 26,37% | 26,37% | RREO – ANEXO 8 |



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL**

| | | | | | | | |
|-------|--------------------------------------------------------|---------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|------------------|
| | mínima | | 9.394/1996 (LDB), art. 69 | do Ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades PCA. | | | |
| 1.4.2 | Educação – remuneração dos Profissionais do Magistério | | CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT | Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades PCA. | 94,96% | 94,96% | RREO – ANEXO 8 |
| 1.4.4 | Saúde – aplicação mínima | - | CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º. | Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades PCA. | 17,95% | 17,95% | RREO – ANEXO XII |
| 1.4.7 | Despesas com Pessoal – limite | RGF – Anexo 1 | LC 101/2000, arts. 19 e 20. | Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de | 51,43% | 51,43% | RGF – Anexo 1 |



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL**

| | | | | | | | |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------------------|
| | | | | despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades PCA. | | | |
| 1.4.10 | Despesas com pessoal – Limite Prudencial – vedações | RGF – Anexo 1 | LC 101/2000, art. 22, parágrafo único. | Se as despesas total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LFR | 51,43% | 51,43% | RGF – Anexo 1 |
| 1.4.11 | Despesas pessoal Extrapolação limite providências medidas contenção | RGF – Anexo 1 | LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º. | Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §3º e 4º da CF/88. | 51,43% | 51,43% | RGF – Anexo 1 |
| 1.4.14 | Transferência para o Poder Legislativo Municipal | Balancete da Receita/2022; Balancete da Despesa/2023 | CRFB/88, art. 29A, § 2º. | Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram aos dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88. | R\$ 18.206.703,54 | R\$ 18.206.703,54 | Balancete da receita/despesa |
| 1.4.15 | Dívida pública-extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente. | Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II | LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal | Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo | 6,98% | 6,98% | RGF – Anexo II- Sistema CidadES |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------------|
| | | | | menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro. Constatou-se que a dívida do município corresponde a 4,25% do limite estabelecido na resolução do Senado | | | |
| 1.4.16 | Operação de crédito por antecipação de Receita Orçamentária – limite | RGF | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10. | Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida. | - | - | Relatório de Gestão Fiscal. |
| 2.1. Instrumentos de Planejamento – PPA/LDO/LOA | | | | | | | |
| Código | Objeto/Ponto de controle | Processos Administrativos analisados | Base legal | Procedimento | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada | Descrição da amostra Selecionada |
| 2.1.2 | LDO – limitação de empenho. | LDO - 2023 | LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”. | Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea <i>b</i> do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF. | Lei 4735/2022 - Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2023 e dá Outras Providências. | Artigo 20 Lei nº.4840/2023 | Lei 4.840/2023-LDO |
| | LDO – controle de custos e | LDO - 2023 | LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”. | Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao | Lei 4735/2022 - Dispõe sobre as Diretrizes para | Art. 43 da Lei nº. 4840/2023 | Lei 4.840/2023 - LDO |



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL**

| | | | | | | | |
|-------|----------------------------------------------------------------------|------------|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | avaliação de resultados de programas. | | | controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos. | Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2023 e dá Outras Providências. | | |
| 2.1.4 | LDO – condições para transferências de recursos a Entidades Privadas | LDO - 2023 | LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”. | Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas. | Lei 4735/2022 - Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2023 e dá Outras Providências. | Artigo 22 e 23 Lei nº.4840/2023. | Lei 4840/2023 - LDO |
| 2.1.5 | LDO – Anexos de Metas Fiscais - abrangência | LDO - 2023 | LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º. | Avaliar se a LDO aprovada continha Anexo de Metas Fiscais estabelecidas metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF. | Lei 4735/2022 - Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2023 e dá Outras Providências. | Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores - AMF - Demonstrativo 1 (LRF, Art. 4º, § 1º) Metas Anuais - AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) | Lei 4.840/2023 - LDO Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores - AMF - Demonstrativo 1 (LRF, Art. 4º, § 1º) Metas Anuais - AMF - Demonstrativo 3 |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | | | | | |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | | | | (LRF, art.4º, §2º, inciso II) |
| 2.1.7 | LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência | LDO - 2022 | LC 101/2000, art. 4º, § 3º. | Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem. | Lei 4735/2022 - Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2023 e dá Outras Providências. | Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - ARF (LRF, Art. 4º, § 3º) | Lei 4840/2023 – LDO Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - ARF (LRF, Art. 4º, § 3º) |
| 2.1.8 | LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo | - | Portaria STN nº 637/2012. | Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN. | Lei 4735/2022 - Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2023 e dá Outras Providências | Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - ARF (LRF, Art. 4º, § 3º) | Lei 4840/2023– LDO Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - ARF (LRF, Art. 4º, § 3º) |
| 2.1.11 | LOA – demonstrativos da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF | - | LC 101/2000, art. 5º. Inciso I. | Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício. | Lei nº. 4937/2024 LOA/2024 | Não foi Constatado na Lei nº. 4937/2024 | Lei nº. 4937/2024 LOA/2024 |
| 2.1.12 | LOA – demonstrativo dos efeitos da | - | CRFB/88, art. 165, §6º, c/c LC 101/2000, | Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, | Lei nº. 4937/2024 LOA/2024 | Não foi Constatado na Lei nº. 4937/2024 | Lei nº. 4937/2024 LOA/2024 |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | | | | | |
|--------|----------------------------------------------------------|---|-----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | renúncia de receita | | art. 5º., inciso II. | subsídios e benefícios de natureza tributária e creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício. | | | |
| 2.1.13 | LOA – reserva de contingência | - | LC 101/2000, art. 5º, inciso III. | Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO. | Lei nº. 4937/2024 LOA/2024 | 27.01.00 – Reserva de Contingência Classificação Funcional: 99.999.9999.0.098 - Reserva de Contingência. | Lei nº. 4937/2024 LOA/2024 |
| 2.1.14 | LOA – previsão de recursos para pagamento de Precatórios | - | CRFB/88, art. 100, § 5º. | Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88. | Lei nº. 4937/2024- LOA/2023 Lei nº. 4840/2023 – LDO | Lei 4840/2023 – Anexo VI 4837/2024 QDD: Unidade Orçamentária - 11.01 – Procuradoria Jurídica 28.846.0000.0.005 – Precatórios | Lei 4840/2023 – Anexo VI 4837/2024 QDD: Unidade Orçamentária - 11.01 – Procuradoria Jurídica 28.846.0000.0.005 – Precatórios |
| 2.1.16 | LOA – programação financeira e cronograma de desembolso. | - | LC 101/2000, art.8º | Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. | Decreto nº. 42/2024 | Decreto nº. 42/2024 | Decreto nº. 42/2024 |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| 2.1.17 | Transparência na Gestão | - | LC 101/2000, art. 48, Parágrafo Único. | Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA | Portal de Transparência | Página: http://transparencia.guarapari.es.gov.br:82/PrestacaoDeContas.aspx?c=2277 | Portal de Transparência |
|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| 2.2. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária | | | | | | | |
| Código | Objeto/Ponto de controle | Processos Administrativos analisados | Base legal | Procedimento | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada | Descrição da amostra Selecionada |
| 2.2.3 | Renúncia receitas estimativa impacto orçamentário financeiro. | - | LC 101/2000, art. 14. | Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF. | - | - | Indagação à Fazenda e pesquisa no site da Câmara |
| 2.2.4 | Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo. | - | LC 101/2000, art. 14, § 2º. | Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação. | - | - | Indagação à Fazenda e pesquisa no site da Câmara |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | | | | | |
|--------|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|------------------------|
| 2.2.13 | Créditos adicionais autorização legislativa abertura | LOA/2024 Lei 5024/2024; DEMCAD; | CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº. 4.320/64 | <p>Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>Verificou-se que a abertura de crédito suplementar foi autorizada pela Lei 4790/2023, no percentual de 25%, e a fonte de recursos para foi informada nos decretos de suplementação analisados.</p> | 599.964.120,32 | 261.537.223,06 | Créditos suplementares |
| 2.2.14 | Créditos Adicionais – decreto executivo | LOA/2024 Lei 5024/2024; DEMCAD; | Lei nº 4.320/1964, art. 42. | <p>Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.</p> <p>Constatou-se a elaboração e publicação dos decretos de abertura de crédito suplementar, selecionados no DEMCAD para análise.</p> | 599.964.120,32 | 261.537.223,06 | Créditos suplementares |
| 2.2.15 | Créditos orçamentários transposição, remanejamento e transferências | | CRFB/88, art. 167, inciso VI | Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa. | | DEMCAD | DEMCAD |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | | | | | |
|----------|-------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|------------------------------------------------|
| 2.2.17 | Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza | - | CRFB/88, art. 167, inciso IX. | Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa. | - | - | Site da Câmara e-CAC |
| 2.2.19 | Créditos Extraordinários – abertura | DEMCAD; Decretos de crédito adicional | CRFB/88, art. 167, § 3º. 62 da CRFB/88. | Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88. | - | - | DEMCAD Créditos adicionais abertos em 2024. |
| 2.2.25 | Transparência na gestão - Conteúdo do RREO | | LC 101/2000, art. 52 a 55, e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF). | Avaliar bimestralmente se o RREO contém todos os demonstrativos fiscais previstos no MDF. | - | - | Anexos RREO |
| 2.2.3.19 | Receita – Registro em contas específicas da COSIP | | LC 101/2000, art. 11. | Verificar se os valores recebidos a título de COSIP são registrados em conta contábil específicas. | - | - | Balancete Contábil; Balancete da receita |
| 2.2.3.29 | Transparência na gestão - divulgação dos demonstrativos | | LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63. | Avaliar se houve divulgação ampla e tempestiva do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. | - | - | Anexos RGF |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | | | | | |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| | fiscais (RGF) | | | | | | |
| 2.2.3.30 | Transparência na gestão - Conteúdo do RGF | | LC 101/2000, art. 55, e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF). | Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município), se o RGF contém todos os demonstrativos previstos no MDF. | - | - | Anexos RGF |
| 2.3. Gestão Patrimonial | | | | | | | |
| Código | Objeto/Ponto de controle | Processos Administrativos analisados | Base legal | Procedimento | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada | Descrição da amostra Selecionada |
| 2.3.3 | Evidenciação de resultados – consolidação | - | Lei 4.320/1964, art. 85 / LC 101/2000, arts. 50 e 51 /Portarias STN nº 72 e 437/2012. | Verificar se os demonstrativos contábeis consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o ente da federação, inclusive estatais dependentes e consórcios públicos. | - | - | BALORC TVDISP BALPAT |
| 2.4. Limites Constitucionais e Legais | | | | | | | |
| Código | Objeto/Ponto de controle | Processos Administrativos analisados | Base legal | Procedimento | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada | Descrição da amostra Selecionada |
| 2.4.6 | Operação de Crédito instituição financeira controlada | | LC 101/2000, art. 36. | Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo. | - | - | Relatório de Gestão Fiscal/ Balancete Contábil, Contrato FINISA |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | | | | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------|--|-------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-----------------------------------------------------------------------------|
| 2.4.10 | Operação Crédito despesas Capital | | CRFB/88, art. 167, inciso III. | Avaliar se houve realização de operações de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo artigo 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. Não foi constada a realização de operações de crédito pelo Município | - | - | Relatório de Gestão Fiscal/ Balancete Contábil, Contrato FINISA |
| 2.4.11 | Operação de crédito – limite global | | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I. | Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida. Não foi constada a realização de operações de crédito pelo Município | - | - | Relatório de Gestão Fiscal/ Balancete Contábil, Contrato FINIZA |
| 2.4.12 | Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos | | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II. | Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida. | 0,41% | 0,41% | Relatório de Gestão Fiscal/ Balancete da despesa |
| 2.4.15 | Operação de crédito – concessão de garantias e | | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º. | Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida. | - | - | Relatório de Gestão Fiscal/ Balancete Contábil |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | | | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| | contragarantias – limite | | | | | | |
| 2.4.17 | Operação de crédito por antecipação de Receita Orçamentária – exigências para contratação | | LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III. | Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF. Constatou-se que não houve realização de ARO em 2024. | - | - | Relatório de Gestão Fiscal |
| 2.4.18 | Operação Crédito antecipação receita orçamentária Vedações | | LC 101/2000, art. 38, inciso IV | Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do art. 38, da LRF. Constatou-se que não houve realização de ARO em 2023. | - | - | Relatório de Gestão Fiscal |
| 2.5. Gestão Previdenciária | | | | | | | |
| Código | Objeto/Ponto de controle | Processos Administrativos analisados | Base legal | Procedimento | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada | Descrição da amostra Selecionada |
| 2.5.3 | Alíquota de Contribuição - Fixação | - | CF Art. 40 RF art.69 Lei 9717/1998 arts. 1º e 3º | Verificou-se que as alíquotas foram estabelecidas na Lei 4105/2017- Plano de Custeio do RPPS, no percentual de 14% para o servidor e 16 % para o Patronal. | - | - | Lei 4105/2017- Plano de Custeio do RPPS Lei 4531/2021 – Alteração de Alíquota |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2.5.26 | Censo Atuarial | - | Lei Federal 10887/2004, art. 3º Portaria MPS 403/2008, art.12. Decreto Municipal 523/2023 | Verificou-se que o Censo Atuarial foi realizado no exercício de 2023, conforme Decreto 423/2023. | - | - | Decreto 423/2023; Portaria Conjunta 001/2023. https://ipg-guarapari.org.br/censo/ |
| 3.1. Análises Contábeis | | | | | | | |
| Código | Objeto/Ponto de controle | Processos Administrativos analisados | Base legal | Procedimento | Universe do Ponto de Controle | Amostra Selecionada | Descrição da amostra Selecionada |
| 3.1.1 | Análise da receita registrada no BALFIN x BALORC | BALFIN BALORC | Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964 | Verificou-se que o total da receita no BALFIN corresponde ao total registrado no BALORC | 658.073.709,42 | 658.073.709,42 | BALFIN BALORC |
| 3.1.2 | Análise da despesa registrada no BALFIN x BALORC | BALFIN BALORC | Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964 | Verificou-se que o total da despesa registrada no BALFIN corresponde ao valor apresentado no BALORC | 647.908.771,25 | 647.908.771,25 | BALFIN BALORC |
| 3.1.3 | Somatório das receitas das unidades gestoras e o valor consolidado no BALORC | BALORC Consolidado BALORC UGs | Base Legal: Art. 101 e 102 da Lei 4.320/64 | Constatou-se que o BALORC consolidado apresentou a soma das receitas registradas pelas Unidades Gestoras, em valor correspondente, exceto intra. | 658.073.709,42 | 658.073.709,42 | BALORC Consolidado BALORC UGs |
| 3.1.4 | Somatório das despesas das unidades gestoras e o | BALORC Consolidado BALORC UGs | Base Legal: Art. 101 e 102 da Lei 4.320/64 | Constatou-se que o BALORC consolidado apresentou a soma das despesas registradas pelas Unidades Gestoras, exceto intra. | 647.908.771,25 | 647.908.771,25 | BALORC Consolidado BALORC UGs |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | | | | | |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|-------------------------------|
| | valor consolidado no BALORC | | | | | | |
| 3.1.5 | Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada | BALORC | Base Legal: arts. 85, 90, 91, 102 da Lei 4.320/1964 | Constatou-se que a despesa executada é menor que a dotação atualizada. | 658.073.709,42 | 658.073.709,42 | BALORC |
| 3.1.6 | Somatórios do valor de disponibilidade das unidades gestoras e o montante apresentado no TVDISP consolidado | TVDISP Consolidado TVDISP UGs | Base Legal: Art. 101 da lei 4.320/64 | Constatou-se a correposndência entre os valores registrados nos demonstrativos analisados, TVDISP Consolidado e TVDISP UGs | 369.544.513,40 | 369.544.513,40 | TVDISP Consolidado TVDISP UGs |
| 3.1.8 | Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar não processados | BALFIN BALORC | Base Legal: arts. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964 | Constatou-se a correspondência entre o montante inscrito em restos a pagar não processados registrados no BALFIN e BALORC | 391.331,37 | 391.331,37 | BALFIN BALORC |
| 3.1.9 | Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos | BALFIN BALORC | Base Legal: arts. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964 | Constatou-se a correspondência entre o montante inscrito, no exercício, em restos a pagar processados registrados no BALFIN e BALOR | 3.142.931,33 | 3.142.931,33 | BALFIN BALORC |



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL**

| | | | | | | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | restos a pagar processados | | | | | | |
| 3.1.10 | Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (Exercício atual) | BALFIN BALPAT | Base Legal: arts. 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964 | Os saldos das contas caixa e equivalente de caixas registradas no BALFIN e no BALPAT, correspondem ao monstane registrado nas contas 1.1.1.0.0.00.00 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (saldo final) e 1.1.1.1.1.06.00 CONTA ÚNICA RPPS (saldo final). | 61.085.663,30 | 61.085.663,30 | BALFIN BALPAT |
| 3.1.11 | Análise das Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial | BALPAT DEMVAP | Base Legal: arts. 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964 | Constatou-se que o resultado patrimonial do exercício registrado no BALAPTA corresponde àquele registrado na DEMVAP. | 494.097.567,87 | 494.097.567,87 | BALPAT DEMVAP |
| 3.1.12 | Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores | BALPAT DEMVAP | Base Legal: arts. 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964 | Constaou-se divergência entre os saldos credores e devedores no montante de R\$ 394.066,68. | 3.772.073.255,62 | 3.772.073.255,62 | BALPAT DEMVAP |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

1.2. Constatações e proposições

Na tabela abaixo, apresentou-se as constatações acerca dos itens selecionados para análise conforme tabela do tópico 1.1, indicando os achados, as proposições e a situação na data do balanço:

| Código | Achados | Proposições/Alertas | Situação |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| 1.4.10 | Constatou-se que a despesa com pessoal ultrapassou o limite prudencial estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – 101/2000, pois, o percentual de gastos apurado no final do exercício é de 51.43%, conforme Anexo I do RGF. | Recomenda-se que sejam adotadas as medidas estabelecidas no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal – 101/2000, a fim de reestabelecer o limite e evitar que a despesa com pessoal ultrapasse o limite máximo de 54% da receita corrente líquida. | Encaminhado ao Gabinete e Secretaria da Fazenda |
| 2.1.8 | Verificou-se que o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO, foi elaborado conforme modelo estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais, todavia, entende-se que abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotações de despesas não seria uma providência adequada a ser adotada em todos os caso de frustação de receita. | Recomenda-se que a LDO seja elaborada em conformidade com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais. | Encaminhado à Secretaria da Fazenda |
| 2.1.11 | O demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, não foi constado na Lei 4937/2024 - LOA aprovada para o exercício. | Recomendou-se a sua elaboração e apresentação nas próximas Leis que tratem da matéria. | Encaminhado à SEMFA para conhecimento e adoção de medidas que se fizerem necessárias. |
| 2.1.12 | O demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária e creditícia, bem como, das medidas de compensação a | Recomendou-se a sua elaboração e apresentação nas próximas Leis que tratem da matéria. | Encaminhado à SEMFA para conhecimento e adoção de medidas que se fizerem necessárias. |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

| | | | |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| | renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado não foi constatado na lei 4937/2024- LOA aprovada para o exercício. | | |
| 2.3.3 | Visando verificar se o BALPAT consolida as informações contábeis analisou-se as os saldos das contas intraorçamentárias constatando divergência no total de 394.066,68, enquanto do as informações registradas no TVDISP e no BALORC correspondem àquelas registradas nas unidades gestoras. | Implementação de rotinas periódicas de validação dos registros contábeis, incluindo a análise dos níveis de consolidação nas contas patrimoniais do PCASP, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 50 da LRF e no Manual de Demonstrativos Contábeis (MCASP) editado pela Secretaria do Tesouro Nacional. | Encaminhado à SEMFA para conhecimento e adoção de medidas que se fizerem necessárias. |
| 3.1.12 | Constatou-se divergência entre os saldos credores e devedores no montante de R\$ 394.066,68. | Recomendou-se a conferencia dos próximos balanços antes da sua homologação no sistema CidedES. | Encaminhado à SEMFA para conhecimento e adoção de medidas que se fizerem necessárias. |



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

1.3 Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Para análise da Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária, a Controladoria Geral do Município, extraiu as informações das peças contábeis e demonstrativos, que são parte integrante da Prestação de Contas Anual, referentes ao exercício financeiro de 2024.

Constatou-se que o Município registrou o total de R\$ 658.073.709,42 em receita orçamentária provenientes da arrecadação de impostos e transferências legais, receita intraorçamentária no montante de R\$ 18.283.633,05, realizou despesa orçamentária no montante de R\$ 647.908.771,25, sendo estas executadas com recursos provenientes das transferências e de recursos do Tesouro Municipal, bem como do superávit financeiro do exercício anterior e despesa intraorçamentária no total de R\$ 17.314.766,30

Em relação ao limite legal previsto na Lei Complementar nº. 101/2000, das movimentações extraídas do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2024, verificou-se que, o montante das despesas com pessoal (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “a” - Anexo I) foi de R\$ 290.906.771,11, o que corresponde a **53,49%** (cinquenta e três, vírgula quarenta e nove por cento) de sua Receita Corrente Líquida ajustada no valor de R\$ 565.679.074,97 em despesas de pessoal do Poder Executivo. Diante disso, esta Controladoria Geral recomendou, ao Chefe do Poder Executivo, a adoção das medidas estabelecidos no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal – 101/2000, a fim de reestabelecer o limite e evitar que a despesa com pessoal ultrapasse o limite máximo de 54% da receita corrente líquida.

Verificou-se ainda, que o Município, no exercício de 2024, aplicou **17,95%** (dezessete, vírgula noventa e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços públicos de saúde, **26,47 %** (vinte e seis, vírgula quarenta e sete por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e **94,96%** dos Recursos recebidos do FUNDEB, um montante de R\$



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

159.395.396,28 (cento e e cinquenta e nove milhões, trezentos e noventa e cinco mil, cento e noventa e seis reais e vinte e oito centavos) na remuneração dos servidores da educação básica, compreendendo o ensino infantil e fundamental.

1.4 Da Gestão Previdenciária

O Plano de Custeio do RPPS é financiado mediante recursos provenientes do Município, através dos Órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive das Autarquias e Fundações Públicas, e das contribuições sociais obrigatórias dos segurados ativos, inativos e dos pensionistas, além de outras receitas que lhes forem atribuídas na Lei nº. 4105/2017- Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência do Município de Guarapari.

Por intermédio dessa lei, foi adotada a segregação de massas para o equacionamento do déficit técnico atuarial do RPPS, prevendo-se Fundo Previdenciário, aos segurados que ingressaram no serviço público a partir de 29 de dezembro de 2005, e Fundo Financeiro, aos segurados que ingressaram no serviço público até 29 de dezembro de 2005.

Identificou-se a ocorrência de revisão, no plano de custeio do RPPS; conforme Lei Municipal 4.531/2021, que alterou a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores, aposentados e pensionistas; tendo em vista à necessidade de atendimento ao art. 9º da Emenda Constitucional 103/2019, passando a 14% a contribuição do servidor e sendo mantida a contribuição patronal em 16%.

Registra-se que o Fundo Financeiro se encontra em situação de déficit financeiro-atuarial, devidamente equacionado com aportes de recursos do tesouro municipal para pagamento dos benefícios. Em 2024 foi repassado ao referido Fundo o montante de R\$ 34.144.584,55 e o Fundo Previdenciário se encontra em situação financeiro-atuarial equilibrada, apresentando em 31/12/2024 superávit no montante de R\$ 9.588.152,32 conforme Parecer apresentado no Relatório de Avaliação Atuarial.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

2. Parecer do Controle Interno

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Edson Figueiredo Magalhães, gestor da Prefeitura Municipal de Guarapari, relativa ao exercício de 2024.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 deste relatório, a referida prestação de contas encontra-se **REGULAR COM RESSALVA**, em condição de ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado para análise e julgamento.

Guarapari/ES, 13 de março de 2024

Guilherme Sarcinelli Ferreira
Controlador Geral